

# Sarney: Contratos provam amadurecimento do País

BRASÍLIA (O GLOBO) — O Senador José Sarney (Arena-MA) afirmou ontem que a decisão do Presidente Geisel de abrir à participação de companhias estrangeiras a pesquisa de petróleo no Brasil "além de resguardar o monopólio estatal, demonstrou o amadurecimento do País".

Explicou ele que a posição do Governo não é propriamente pelos contratos de risco: os verdadeiros contratos de risco implicam concessão de áreas, abdicção da política, abdicção da fiscalização.

— Ora — prosseguiu —, o Brasil não abriu mão desses direitos e serão firmados contratos de serviço, com uma cláusula a que se deu o nome de risco. A política do monopólio permaneceu intocada. A Petrobrás é a dona do poço, é quem escolhe o contratante, é quem fiscaliza, é quem estabelece as condições necessárias ao contrato. E nós confiamos na Petrobrás.

Depois de afirmar que seu discurso tinha o objetivo de "despassionalizar o debate sobre petróleo", Sarney repetiu que a fala do Presidente Geisel marca uma linha de amadurecimento do País.

— Nós já podemos dizer que somos um País que não esconde suas crises, suas dificuldades, para não correr o risco da depressão psicológica. Já podemos confessar as dificuldades e escolher os caminhos que nós próprios julgamos ser os caminhos do nosso interesse — frisou.

## Independência

Assinalou o senador arenista que a decisão dos contratos de risco "significou a independência do Brasil de decidir, pela primeira vez se antecipando a crises que poderiam surgir com as suas próprias dificuldades".

Para ele, o Brasil só deveria tentar renegociar a sua dívida externa "se fosse um país dependente". Lembrou que a Argentina tomou agora essa decisão e que o nosso País já o fez em 1964.

— O Brasil poderia ter ido à Oil Facilities procurar créditos, mas teria que abdicar da sua

soberania, já que não haveria saída senão obedecer à política que o Fundo Monetário Internacional iria lhe ditar — afirmou, acrescentando que o País não poderia se arriscar a uma recessão.

— Nós estamos ameaçados pela depressão, de um lado, e pela paralisação do desenvolvimento, de outro, além de continuar a ter a obrigação de não estancar o processo de crescimento — disse. Asseverou, depois, que os contratos que serão assinados serão uma solução a longo prazo para encontrar petróleo mas darão resultados a curto prazo, porque "se o País ampliar a sua capacidade de encontrar petróleo, ampliará, também, a sua faixa de credibilidade no exterior".

Lembrou, ainda, um artifício que contorna qualquer ameaça ao monopólio: o Brasil, em vez de fazer pagamentos em óleo às firmas estrangeiras que vierem pesquisar aqui, pode exigir antecipadamente uma "caução em óleo", que será, mais tarde, recompensada igualmente em óleo.

## Olhar longe

José Sarney disse que os políticos "devem olhar um pouco mais longe, porque é necessário assegurar o crescimento do País e agüentar o modelo brasileiro". Disse, ainda, que "não há partido político que supere uma estagnação, um crescimento zero, uma inflação incontrolável, um desemprego total".

— Não devemos fazer concessão à demagogia — frisou — Devemos encarar as decisões tomadas como sendo decisões heróicas e, se alguma delas estiver errada, certamente o Presidente voltará atrás.

Condenou as críticas que a Oposição vem fazendo à decisão do Presidente Geisel e rebateu algumas das sugestões que o MDB ofereceu como alternativa à crise de petróleo. Afirmou que nenhum país do mundo está fazendo racionamento como o MDB vem pregando.

— Há perigo na sua execução — disse — Perigo de deformações e, por último, de injus-

tiça, porque o racionamento atingiria a todos, ricos, médios e pobres. O Presidente usou o sistema do racionamento indireto, pois a taxaço afetou as classes que podem pagar, não as classes pobres.

## Roberto Saturnino

Em aparte, o Senador Roberto Saturnino (MDB-RJ) afirmou que a Oposição sugeriu há muito tempo outras medidas alternativas que o Governo não adotou agora. Lembrou que a primeira sugestão para a criação de um programa de álcool no País foi encaminhada ao Presidente Geisel há mais de um ano. Disse que o racionamento se justifica "porque há uma situação de guerra, a guerra do petróleo". Acentuou que os primeiros efeitos dos contratos de risco só advirão "depois de cinco ou seis anos de sua assinatura".

O vice-líder oposicionista falou também sobre as medidas de contenção das importações:

— Para as empresas governamentais, usou-se a medida eficaz, que é o contingenciamento; para as empresas multinacionais, deixou-se o regime da livre empresa, cuja eficácia todos nós sabemos ser muito limitada.

## Franco Montoro

O líder da Oposição no Senado, Franco Montoro, afirmou ontem, que "a decisão do Governo a favor da adoção dos contratos de risco se deveu ao agravamento da dívida externa do Brasil".

— Dois fatos — acrescentou — são responsáveis pelos problemas que envolveram a economia brasileira dentro da crise mundial do petróleo: o incentivo que Governos anteriores deram à indústria automobilística, e o abandono da política do álcool, sugerida há tempos pelo Senador Teotônio Vilela.

Montoro contestou José Sarney, dizendo que "os contratos de risco, da forma como serão feitos pelo Brasil, quebram o monopólio estatal, numa hora em que o País deveria estar voltado para soluções de base, como a busca da tecnologia e da pesquisa".